



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA
2 EDUCAÇÃO SUPERIOR – CONAES. Em 25.05.2023 (vinte e cinco de maio de dois mil e
3 vinte três), às dez horas, presencialmente e por videoconferência, teve início a 189ª
4 (centésima octogésima nona) Reunião Ordinária da CONAES, no Gabinete do Ministro da
5 Educação, com a presença dos seguintes membros: Ana Maria Ferreira de Mattos Rettl
6 (Notório Saber), André Lemos Jorge (Notório Saber), Simone Horte Andrade (Notório
7 Saber), Maurilio Mussi Montanha (Representante do Corpo Técnico – Administrativo), Ana
8 Beatriz B. de Siqueira (Representante Discente), Ulysses T. Teixeira (Representante do
9 INEP), Clarissa Tagliari (Representante da SERES), Carla Comerlato Jardim
10 (Representante da SETEC) e, como ouvintes Suzi Mesquita Vargas (Coordenadora-Geral
11 – INEP), Ana Flavia Sacchetto Fabrini (Coordenadora – INEP) e Patrício Pereira Marinho
12 (Coordenador-Geral - INEP). Presente por videoconferência, Paulo César Diniz de Araújo
13 (Representante Docente) Robson Quintilio (Coordenador – INEP) e Arthur Canotilho
14 Machado (Ass. Técnico do INEP). Participou presencialmente também, Tamyres Aguiar
15 Rodrigues (Assistente Administrativo da CONAES). A Presidente deu boas-vindas a todos
16 e iniciou a reunião. **Item 1.1.** A Ata 188ª foi colocada em votação. Foi aprovada, com a
17 solicitação de correção do INEP e SERES. A Presidente questionou a todos se desejam
18 fazer alguma inserção e retirada de pauta. A Prof.ª Simone solicitou a retirada do Item 2.2
19 Análise dos editais Mais Médicos – municípios contemplados e desempenho da CAMEM,
20 pois não conseguiu concluir a tempo de levar à reunião para apresentação. Ainda se
21 comprometeu a enviar para a Conaes por e-mail, para conhecimento de todos. **Item 2.1.**
22 Apresentação de Relatório sobre andamento da subcomissão que trata da regulamentação
23 da Portaria nº 650 – SERES. Com a palavra, a Prof.ª Clarissa explicou que não conseguiu
24 participar de todas as reuniões do GT. Continuou explicando que a Portaria nº 328 de 5 de
25 abril de 2018 sobrestou por cinco anos a abertura dos cursos de medicina e aumento de
26 vagas nas Instituições privadas e apesar de ter como intuito controlar essa abertura de
27 curso de medicina, houve um movimento muito forte de judicialização para abertura de
28 cursos e aumento de vagas. Então a Portaria nº 650 de 5 de abril de 2023, foi publicada no
29 esforço de retomar o protagonismo do Ministério da Educação na abertura de cursos de
30 Medicina, pois há 260 (duzentos e sessenta) processos judicializados para abertura e
31 aumento de vagas de cursos de Medicina. A abertura será realizada por chamamento
32 público e a subcomissão interministerial foi formada para pensar nos editais desse
33 chamamento. A comissão Interministerial da Gestão da Educação na Saúde foi formada
34 pelo Decreto Interministerial 11.440 de 2023, composta pela SERES-MEC, SESU-MEC, no
35 Ministério da Saúde pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde –
36 SEGETS e a Secretaria da Informação e Saúde Digital. As reuniões tiveram início logo após
37 a publicação da Portaria nº 650, no dia 13 de abril. Sobre as temáticas das reuniões, a
38 Coordenação de Chamamento Público que faz parte da Diretoria de Política Regulatória
39 está fazendo uma análise nos antigos editais tanto de municípios como de mantenedoras



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

40 para avaliar o que necessita ser revisto ou aprimorado para os próximos editais. Em uma
41 das reuniões houve uma apresentação da SEGETS mapeando e explicando as regiões
42 para entender como o Ministério da Saúde pensa os critérios para essas áreas. A Prof.^a
43 Clarissa deixou claro que os critérios para escolha de como será a oferta pelo País ainda
44 não está definido. O Prof. Ulysses explicou que o Inep foi chamado e levou dados do Censo
45 da Educação Superior, dos números dos cursos de medicina, matriculados, concluintes ou
46 não, evolução temporal, dados da avaliação etc. Foi apresentado no mapa onde estavam
47 os cursos antes dos Mais Médicos, no momento da moratória e atualmente. Foi percebido
48 que há divergências entre os dados das regiões geográficas do Censo da Educação
49 Superior do INEP, referentes à classificação do IBGE, e as áreas de saúde classificadas
50 pelo Ministério da Saúde. A Presidente solicitou ao INEP que seja enviada à CONAES esta
51 apresentação. O INEP concordou e se comprometeu a enviar para conhecimento de todos
52 da CONAES. A Prof.^a Clarissa continuou explicando os pontos de pautas abordados nas
53 reuniões da subcomissão, e destacou a participação da Diretoria de Avaliação da Educação
54 Superior – DAES/INEP, em especial ao Coordenador-Geral Prof. Rogério Dentello que
55 explicou sobre a avaliação in loco. No Workshop Regulação da Abertura do Cursos de
56 Medicina e Avaliação Média no Brasil, realizado pela SERES e que aconteceu no auditório
57 do INEP, tiveram participações das entidades médicas que possuem visões diferentes
58 sobre como deve ser esse processo. Dessa forma, a SERES escutou e colheu subsídios
59 para criação dos editais de chamamento público. A Prof.^a Simone esclareceu que a Portaria
60 nº 650 prevê dois tipos de edital de chamamento: um por necessidade social e o outro por
61 equipamentos de saúde e questionou se a subcomissão tem pensado nessas duas
62 modalidades de edital. A Prof.^a Clarissa explicou que nesse momento está sendo pensado
63 sobre a estrutura geral dos editais. Prof.^a Simone relatou que quando a Lei dos Mais
64 Médicos foi criada em 2013, foi definido dois tipos de chamamento, deixando para o MEC
65 regulamentar. O Art. 3º tratou do chamamento como um todo e o § 5º falou das
66 unidades hospitalares. Foi com base nesse dispositivo que em 2014 houve um edital
67 que contemplou uma única unidade hospitalar, a Faculdade de Medicina do Hospital
68 Albert Einstein. E percebeu que a Portaria nº 650 trata novamente desses dois tipos
69 de edital, um para unidades hospitalares, olhando para hospitais de ensino e outra
70 de edital dos municípios. A Prof.^a Clarissa disse ser importante essa pontuação da
71 Prof.^a Simone e que irá verificar. Reforçou que não há edital definido e que a
72 Secretária da SERES, Prof.^a Helena, se preocupa em criar editais que não dê
73 margem ou minimizem possibilidade de judicialização. O Prof. André questionou
74 sobre o prazo de 120 dias. A Prof.^a Clarissa disse que estão trabalhando com o início
75 de agosto. O Prof. Ulysses para melhor entendimento do cronograma, questionou
76 se esse prazo, início de agosto, é para lançamento do edital. Caso seja, o edital
77 ficará aberto por um tempo recebendo propostas e em seguida iniciarão as



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

78 avaliações. A Prof.^a Simone questionou se as avaliações serão feitas pelo INEP. A
79 Presidente Ana explicou que pela Lei do SINAES não pode haver autorização e
80 credenciamento sem a avaliação do INEP, sendo este o referencial básico para a
81 tomada de decisão da SERES para os atos regulatórios. Destacou ainda que a
82 CAMEM tem um papel fundamental para o monitoramento dos cursos de Medicina
83 do Mais Médicos, mas não deve fazer relatórios para subsidiar atos legais da
84 SERES. A Prof.^a Ana Flávia pediu para que a Prof.^a Clarissa confirme o prazo para
85 início das avaliações do INEP. **Item 2.3.** GT de EaD – elaboração de sugestões da
86 CONAES como quesitos – Prof.^a Simone. Com a palavra a Prof.^a Simone inicialmente
87 elogiou e parabenizou o trabalho da SERES. Explicou que foi muito importante esses
88 momentos de escuta da sociedade civil e diversos atores, mas percebeu falta de
89 conhecimento de alguns sobre o processo de avaliação e lembrou a todos da apresentação
90 que a Prof.^a Flávia se dispôs a fazer no dia 30 do mês em vigência para o GT. Continuou
91 relatando que mesmo com pautas objetivas, com quesitos e discussões, as discussões
92 estavam mais focadas sobre a oferta e supervisão do que novas sugestões e novos
93 subsídios para a avaliação e regulação dos cursos em EaD. Demonstrou ainda
94 preocupação sobre como a SERES coletará subsídios para tomada de decisão. A Prof.^a
95 Clarissa explicou que a tentativa era de ir afunilando as pautas, colocar questões objetivas
96 para serem estudadas. Foi um momento de saber das associações e entidades quem é
97 favorável ou contra aos cursos de EaD. A Presidente Ana relatou sobre as dificuldades em
98 expor sua opinião um GT, como CONAES sem que houvesse uma discussão com todos os
99 membros, antes das reuniões do GT. Ressaltou a necessidade de serem discutidos pontos
100 importantes para que os cursos de EaD em Odontologia, Enfermagem, Psicologia e Direito
101 sejam possíveis. Citou como exemplo, a avaliação in loco nos polos. O Prof. Ulysses
102 explicou que o INEP já avalia, nas visitas in loco, a dimensão didático pedagógica eo corpo
103 docente destes cursos. Também é realizada a avaliação de desempenho dos estudantes
104 por meio do Enade, coletada a percepção dos estudantes sobre o processo formativo
105 (incluindo a infraestrutura da IES) por meio do questionário do Enade, e calculados os
106 indicadores de qualidade da educação superior, que consideram os insumos provenientes
107 de todos os polos de cada curso. O único ponto que não está sendo visto é a infraestrutura
108 por meio de uma comissão de professores. A Presidente demonstrou preocupação sobre
109 os milhares de cursos que são regulados e estão nos polos, sem avaliação in loco. A Prof.^a
110 Suzi explicou como que o INEP capta e trata as evidências da educação a distância e fez
111 algumas ponderações importantes. O INEP não pode pressupor que todos os cursos têm
112 o mesmo sistema de educação a distância e que todos os tutores têm a mesma atribuição.
113 É importante qualificar e separar os polos por práticas. A avaliação precisaria ficar olhando
114 um polo que é uma secretaria, e sim ir para onde a prática de ensino está ocorrendo. Expôs
115 que há interesse de uma conversa com a Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED,
116 responsável pelo censo, para encontrar uma maneira de coletar mais evidências sobre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

117 esses sistemas de EaD de uma maneira, inclusive, que não obrigue a todos terem o mesmo
118 modelo. A Prof.^a Simone relatou que conversou com o Diretor da SERES, Prof. Paulo, em
119 nome da CONAES e propôs que a Comissão poderia construir alguns pontos de sugestões
120 especialmente tentando trazer subsídios sobre os pontos abordados nas reuniões. E a partir
121 desses subsídios, a SERES poderá trabalhar internamente e talvez construir um novo ou
122 reformar o marco regulatório de EaD. Explicou ainda que o GT encerrou, mas que dia 30
123 de maio, como já falado, terá a apresentação do INEP. A Prof.^a Suzi explicou que o grande
124 desafio no ensino presencial e EaD é que, apesar do presencial atualmente permitir
125 algumas ações a distância, as condições de oferta de um curso presencial são diferentes
126 das condições de oferta de um curso EaD, mas o resultado (a formação do estudante) tem
127 que ser igual, sendo que regulação também merece observar essas diferenças de oferta.
128 Há diferenças na concepção de um curso presencial com algumas atividades a distância,
129 de um curso totalmente a distância, pois para este é necessário pensar previamente no
130 material, na intencionalidade didática, no ambiente virtual de atividades de aprendizagem
131 etc. O Prof. Maurilio trouxe a discussão sobre o ensino híbrido e questionou se não há
132 intensão de ser usado. A Prof.^a Suzi explicou que atualmente a legislação permite que o
133 curso presencial tenha 40% de atividades na modalidade EaD. Explicou que o que
134 caracterizaria um curso EaD é que grande parte da sua ação de acompanhamento do
135 estudante seja a distância, e não presencial. A Prof.^a Clarissa esclareceu que há
136 preocupação na Secretaria em termos da qualidade oferecida atualmente, elevar essa
137 qualidade na oferta dos próximos cursos. Finalizando esse ponto de pauta, ficou acordado
138 que a partir dessa discussão a Prof.^a Simone recolha subsídios para entrega ao Diretor
139 Paulo, do que foi discutido na CONAES. **Item 2.4.** Controle de egressos em Licenciatura –
140 Relatório do GT de formação inicial de Professores – Prof. Paulo. A Presidente passou a
141 palavra para o Prof. Paulo. Ele disse que haveria uma reunião desse GT no período
142 vespertino. Que nessa reunião haverá uma apresentação de alguns casos positivos, de
143 experiências exitosas. Relatou que no momento presente, as equipes técnicas estão
144 fazendo alguns relatórios e que quando for encaminhado, pretende se reunir com a
145 Presidente antecipadamente para que na próxima reunião da Conaes possa fazer um
146 relatório. A Presidente expôs que participou de alguns eventos em que o Presidente do Inep
147 estava presente e que o assunto predominante é sobre evasão, que está muito presente
148 nos cursos de licenciatura e nos ensinamentos básicos. Assim, a preocupação é formar bons
149 professores para que não haja evasão no ensino fundamental e médio. Relatou ainda que
150 se surpreendeu em saber que a UFRJ irá mudar os conteúdos das disciplinas de cálculo
151 porque os alunos, têm dificuldades de conteúdos anteriores, necessários aos cursos de
152 engenharia. Acredita que há necessidade urgente de reforçar o ensino básico. Frisou ao
153 Prof. Paulo a importância da sua participação nesse GT e disse que todo o foco está na
154 formação de professores para que se tenha no ensino superior alunos em condições de
155 acompanhar o ritmo das diretrizes curriculares nacionais previstas para seus cursos. O Prof.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

156 Paulo agradeceu a colocação da Presidente e disse que irá levar à reunião do GT essa
157 preocupação. A Prof.^a Carla expôs que a SETEC também está presente nas reuniões desse
158 GT. Disse estar preocupada com as discussões relacionadas à qualidade da oferta da
159 educação básica no país, tendo como principal elemento a formação pouco qualificada dos
160 professores: isso é reduzir o problema que tem dimensões muito maiores. E sabe-se a
161 realidade do professor da rede pública. Disse que se sente incomodada quando vai para
162 as mesas de discussão, já que concorda que a qualidade da formação dos professores tem
163 que estar presente na agenda de qualquer governo que trata a educação com a importância
164 devida, mas fazer essa relação de causa e efeito direto de baixa de qualidade na educação
165 básica com a baixa qualidade da formação do professor, num país como o Brasil, é uma
166 visão bem reducionista. Acredita que quando se falar em formação de professores é
167 necessário pensar no espaço de trabalho desse professor e pensar em resolver o problema
168 das licenciaturas no Brasil. Aumentar o sarrafo da avaliação somente não irá resolver o
169 problema. E considerar no meio dessas discussões a desvalorização da profissão docente
170 no Brasil. Desvalorização enquanto respeito social, enquanto remuneração, condições de
171 trabalho etc. A Prof.^a Clarissa reforçou a colocação da Prof.^a Carla e disse que a Secretária
172 Helena tem sugerido pensar na formação dos professores assim como se pensa a formação
173 de medicina. Colocar isso como objetivo para a formação de professores, de retomar o
174 fôlego das licenciaturas, tentar resolver o problema de evasão e pensar em conjunto como
175 deverá propiciar que esses professores tenham condições de trabalho dignas e de
176 remuneração. Que é necessário exaltar qual é a figura do professor e trazer melhorias no
177 mercado de trabalho. O Prof. Ulysses também reforçou a fala da Prof.^a Carla e acredita que
178 a questão não pode ser reduzida a avaliação. Explicou que a intensão do INEP é o contrário
179 disto, com os resultados divulgados do Enade 2021 na avaliação dos cursos de licenciatura,
180 foi percebido algo diferente. Um dos pontos que foi frisado nas falas do INEP nessas
181 reuniões, foi justamente sobre a ineficiência de todo o processo. Pensando apenas no curso
182 de licenciatura, há a fase de recrutamento que possui muitas vagas e não se preenchem
183 todas, há a fase da trajetória onde dos que entram poucos concluem, e tem ainda uma
184 perda depois da conclusão, pois poucos entram na carreira. A ideia do INEP nas falas era
185 de provocar o debate junto às secretarias do MEC e às Instituições de Educação Superior
186 que têm cursos de licenciatura para aperfeiçoar o processo de formação dos professores.
187 A Prof.^a Suzi também concordou com a colocação da Prof.^a Carla e expôs que um dos
188 motivos que o INEP está levantando nas discussões do GT é a ideia de aperfeiçoamento
189 da avaliação, aprimorando os instrumentos de uma maneira capaz de captar cada vez
190 melhor a especificidade da formação, e trazer alguns elementos da autoavaliação, porque
191 há dados que o INEP não vai conseguir produzir sozinho. Em relação às condições de
192 trabalho, disse concordar com a Prof.^a Carla e que esse ponto já esteve presente em alguns
193 debates e acha ser fundamental. Nos últimos dois anos ocorreram 2 problemas: ao longo
194 do tempo a carreira de professor deixou de se atrativa, o status foi diminuído criado certo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

195 nível de desprestígio, associado a uma outra questão que é a violência dentro da sala de
196 aula. O Prof. Maurilio questionou o curso de Pedagogia licenciatura oferecida em EaD, se
197 está faltando formação na Pedagogia prática em que o professor deve estar em contato
198 com o aluno. Na formação EaD não tem essa obrigatoriedade, apenas no estágio. O Prof.
199 Paulo disse que anotou todas as contribuições e que irá dar ênfase às preocupações da
200 CONAES em relação aos assuntos colocados, principalmente levando em consideração a
201 questão da evasão e qualificação. Explicou que sua preocupação também é se temos
202 instrumentos institucionais que possibilitem o que foi sugerido. Acredita que seja necessário
203 avançar mesmo nas políticas, pois foi visto que muito alunos deixaram de fazer o Enem e
204 assim começaram a aparecer sinais de que está havendo desinteresse dos alunos em
205 ingressar nas faculdades. Pensa que os vestibulares, as provas de portas de acesso,
206 deveriam mudar. As formas de ingresso precisam ser repensadas, pois se queremos que
207 o aluno entenda matérias específicas, esse conhecimento tem que ser testado na porta de
208 entrada desse aluno, assim diminuirá a evasão. Expôs que está preocupado com a ideia
209 do novo ensino médio, pois terá mais carga horária. Concluiu dizendo que o professor do
210 ensino médio deveria ser tratado como professor universitário das federais, com carreira e
211 não ser limitada a 20h. A Presidente agradeceu sua participação no GT até o momento e
212 disse ter certeza que a CONAES será muito bem representada. **Item 2.5.** Assuntos de
213 interesse da CONAES – membros da CONAES. A Presidente lembrou a todos o motivo
214 deste item em Pauta, pois é interessante ouvir de cada membro o que seria pertinente trazer
215 e abordar dentro da CONAES. Há muitas demandas dos conselheiros, mas será necessário
216 priorizar. Assim, previamente, pediu que a secretaria, por meio de correio eletrônico,
217 solicitasse a todos que trouxessem nesta reunião suas contribuições. Antes que essas
218 contribuições fossem expostas, a Presidente relatou pontos de assuntos que estão
219 pendentes de conclusão dentro da CONAES e solicitou que cada unidade responsável dê
220 uma resposta formal sobre suas pendências, que são: - Nota Técnica do INEP
221 justificando a retirada dos pesos nas Dimensões – INEP (Previsto para reunião de
222 junho/23); - Proposta de Revisão da Portaria Normativa do ICA – INEP (Previsto para
223 reunião de novembro/23); Parecer do Grupo de Apoio Técnico (GAT) de Medicina –
224 SERES (Foi recebida a seguinte resposta da SERES: De acordo com a nota técnica nº
225 46/2022/DPR/SERES, elaborada ainda na gestão de 2022, os trabalhos do GAT resultaram
226 na Portaria MEC nº1.061, de 31 de dezembro de 2022, que versava sobre a oferta de cursos
227 de medicina no Brasil. Tal portaria foi revogada pela gestão iniciada em 2023 e nova portaria
228 foi instituída (Portaria nº 650, de 5 de abril de 2023) de forma a estabelecer as diretrizes
229 para a retomada da abertura de novos cursos de medicina por meio de chamamento
230 público e afinadas com a política de formação médica estabelecidas pelo Ministério da
231 Educação e pelo Ministério da Saúde); - Proposta de alteração na Portaria Normativa
232 n.20/2017/MEC em referência ao aumento da nota de corte 4 para os cursos de Medicina
233 e Direito – SERES (Em 2023, a Seres, juntamente com o INEP e CNE, iniciou estudo para



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

234 a revisão do marco regulatório no que se refere às Portarias n.20, 21 e 23 de 2017); O Prof.
235 Ulysses relatou à Presidente que na última reunião explicou que essa discussão perde o
236 sentido frente a discussão da revisão do novo marco regulatório como um todo, visto que o
237 processo está sendo direcionado à Cesta de Indicadores e assim obter muitas informações
238 a respeito dos cursos e Instituições. Quando de posse destas informações, ficou acordado
239 que esses resultados serão apresentados à CONAES; - Proposta sobre o aumento da nota
240 de corte dos demais cursos regulados- SERES (Em 2023, a Seres, juntamente com o INEP
241 e CNE, iniciou estudo para a revisão do marco regulatório no que se refere às Portarias
242 n.20, 21 e 23 de 2017); - Síntese de Resultados com conclusões breves e alterações na
243 proposta sobre as vagas do SUS – SERES (Tendo em vista sua revogação da Portaria
244 nº1.061, de 31 de dezembro de 2022, as propostas de alteração sobre as vagas do SUS
245 não estão no horizonte da SERES); - Nota Técnica do INEP sobre o reajuste do Auxílio de
246 Avaliação Educacional (AEE) – INEP O Prof. Ulysses registrou a importância do apoio da
247 CONAES na necessidade de reajuste desse auxílio. Ele explicou que esse processo passou
248 pelo MEC, CAPES, FNDE e foi enviado de volta ao INEP com o pedido de uma nova análise
249 de impacto orçamentário. A CAPES havia feito uma sugestão de mais modificações,
250 detalhando melhor aquelas atividades. O INEP devolveu com as manifestações e nesse
251 momento aguarda as devidas providências. Ficando assim no aguardo de retorno desse
252 assunto, quando o INEP obtiver resposta conclusiva; - Alteração do Decreto nº 9235 –
253 SERES. (Aguardando resposta da SERES); - Convênios Internacionais CONAES. Foi
254 acordado que seria enviado os convênios para todos, já que houve mudança significativa
255 na composição da CONAES; Novo instrumento de avaliação de curso – INEP (Aguardando
256 apresentação do INEP). A Prof.^a Ana Flávia explicou que atualmente tem o instrumento que
257 foi apresentado em outubro/2022. A lógica desse instrumento foi transferida, era um
258 instrumento de autorização, de renovação e de reconhecimento. Ao mesmo tempo,
259 utilizando aquela metodologia, dado a Portaria nº 650, foi pedida uma possível alteração do
260 fluxo da regulação com avaliação e junto com os especialistas da área de saúde e bem-
261 estar está sendo finalizada uma proposta de instrumento para esta área. Atualmente o INEP
262 aguarda a decisão do novo fluxo; - Operacionalização da supervisão sobre avaliação dos
263 polos – SERES (A avaliação dos Polos integra atualmente uma discussão mais ampla no
264 âmbito da Seres sobre a oferta de EaD. Também no âmbito desta discussão ocorre o Grupo
265 de Trabalho para subsidiar a política educacional para os cursos de
266 Odontologia, Enfermagem, Psicologia e Direito na modalidade de Educação a Distância
267 (EaD). Relatório do GATi do GT da Medicina – SERES. A Prof.^a Clarissa explicou que esse
268 grupo foi feito no ano passado e que na transição de governo não foi encontrado esse
269 relatório, apenas contribuições realizadas e uma Nota Técnica; - Nota Técnica
270 metodológica dos instrumentos do INEP para apresentação à CONAES quando o novo
271 instrumento estiver aprovado e pronto para a publicação. (Mencionado na 183ª RO); -
272 Proposta de resposta ao TCU sobre a solicitação da existência de uma sinergia entre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

273 avaliação in loco com ENADE – INEP. A Presidente leu ainda observações importantes que
274 foram discutidas em reuniões anteriores como: Proposta do aumento da nota de corte dos
275 demais cursos regulados, diminuir a porcentagem de 30% de insumos previsto na
276 composição do CPC, sugestão está feita por ocasião da aprovação das metodologias de
277 cálculo do IGC 2021 em reunião de 28 de maio de 2022. Proporção de estudantes em
278 relação aos professores para cursos EaD - Sugestão feita por ocasião da aprovação das
279 metodologias de cálculo do IGC 2021 em reunião de 28 de maio de 2022. Agregar o CC e
280 o CI no cálculo dos indicadores vindouros - Sugestão feita por ocasião da aprovação das
281 metodologias de cálculo do IGC 2021 em reunião de 28 de maio de 2022. Sobre a proposta
282 de novos indicadores que poderiam substituir o IGC e o CPC com o prazo para o final de
283 2022, estabelecido na 156ª RO da CONAES – SERES/SESU/INEP, foi feito um Histórico
284 da suspensão da divulgação dos dois indicadores (CPC e do IGC) até a 156ª RO – foi
285 decidido e aprovado por unanimidade, na presença de todas as secretarias e INEP, na 156ª
286 RO, de deixar de usar o CPC e IGC como indicador de avaliação. Com a concordância de
287 todos, a Presidente informou que esta discussão entrará em pauta na reunião ordinária de
288 outubro/2022 a proposta do INEP e SERES, e será deliberado na reunião de
289 novembro/2022. A Prof.ª Suzi explicou que sobre essa última questão, após essa decisão
290 o INEP fez um levantamento junto à SERES, SESU, CAPES e FNDE, em que eles se
291 posicionaram mostrando que a saída do CPC sem a divulgação da Cesta de indicadores
292 não seria possível. A Presidente respondeu que a Cesta era para ser apresentada em
293 outubro/2022 e votada em novembro/2022. A Prof.ª Suzi continuou explicando que ao longo
294 desse tempo o INEP mostrou um conjunto de uma proposta pois não é possível concluir
295 uma Cesta em um prazo tão curto. Foi trazido um conjunto de indicadores que foi aprovado
296 na 186ª RO da CONAES, que para a próxima reunião estão preparando a apresentação
297 dos próximos blocos de indicadores. Esclareceu que a DAES está trabalhando em parceria
298 com a Diretoria de Estatísticas Educacionais – DEED/INEP com o objetivo de tentar
299 acelerar a proposição de alguns indicadores. A preocupação é que alguns conjuntos de
300 indicadores estejam prontos para serem usados, e após avaliação dos usuários dos
301 indicadores, se chegar à conclusão que é o momento de o CPC não ser mais usado. Tem
302 expectativas que estejam prontos ainda em 2023 e que em 2024 não seja necessário
303 calcular o CPC. A Presidente continuou relatando as pendências: - Elaborar estudos, em
304 parceria com o INEP, para verificar a possibilidade de um conceito único para definir a
305 qualidade do ensino (CC) e da aprendizagem (ENADE); - Introduzir os resultados da
306 avaliação “in loco” na geração do CPC e do IGC; - Divulgar os resultados de todas as
307 avaliações e não apenas do ENADE; - Construir e aplicar, quando for impossível a
308 avaliação presencial, conceitos gerados por uma cesta de indicadores que incluam outras
309 dimensões da qualidade educacional a partir de fontes diversas, incluindo indicadores
310 produzidos a partir de questionários aplicados aos coordenadores, professores e/ou
311 mantenedores, de modo a obter-se uma avaliação mais completa da formação dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

312 estudantes, propostos pelo INEP em parceria e aprovação final da Conaes; - Não utilizar o
313 instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes para servir, praticamente, de
314 avaliação dos cursos de graduação e, por tabela, das IES; - Estabelecer os princípios que
315 devem reger o planejamento, a organização, e os procedimentos para a realização do
316 Exame, em parceria com o INEP; - Elaborar estudos para que aos “estudantes de melhor
317 desempenho no ENADE” sejam concedidos estímulos, “na forma de bolsas de estudos, ou
318 auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado
319 a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-
320 graduação, conforme estabelecido em regulamento fixado pelo Ministro de Estado da
321 Educação; - Reunião com presidente do FONCEDE para alinhar procedimentos de
322 avaliação de cursos e institucional comuns para os sistemas de ensino federal e estadual.
323 O Prof. Ulysses sugeriu que a CONAES convide o Presidente do FONCEDE à uma reunião
324 da CONAES. A Presidente sugeriu também que o INEP nessa reunião, faça uma
325 apresentação expondo os benefícios dos indicadores de avaliação. Ficou acordado que
326 seria verificada a sua disponibilidade para trazê-lo à reunião da CONAES; – A avaliação
327 institucional, ligada ao ciclo trienal do ENADE pode ser reavaliada pela Conaes
328 oportunamente. A extensão do ciclo de avaliação institucional é uma demanda das IES
329 avaliadas, públicas ou da livre iniciativa. Atualmente, após a divulgação dos resultados do
330 ENADE, os cursos têm aproximadamente um ano para realizar qualquer melhoria antes de
331 serem submetidos a uma nova avaliação pelo Exame, a partir do qual são calculados novos
332 indicadores de curso (Conceito Enade, IDD e CPC). Pode-se pensar ainda em alternativas
333 para as visitas in loco relacionadas aos atos de credenciamento e renovação de
334 reconhecimento. Essas alternativas podem envolver indicadores e análise dos relatórios da
335 CPA, por exemplo; – O questionário de percepção dos estudantes continuará sendo
336 aplicado, porém, pretende-se migrar para uma avaliação mais completa incluindo a
337 percepção dos professores, coordenadores de curso e mantenedores. A aplicação desses
338 questionários adicionada ao restante dos instrumentos de avaliação previstos em Lei
339 permitirá a obtenção de uma avaliação mais completa da formação dos estudantes; - A
340 intensão é também apoiar no fortalecimento das Comissões Próprias de Avaliação (CPA).
341 O INEP formou um grupo de trabalho para discutir internamente essa iniciativa e a CONAES
342 poderá contribuir enormemente para esse trabalho. Pretende-se, inicialmente, padronizar
343 minimamente, o relatório da CPA de forma que se viabilize a sistematização e análise
344 desses dados. O objetivo final dessa iniciativa é agilizar e fortalecer as políticas
345 educacionais, bem como permitir, futuramente, a realização de estudos e análises
346 preditivas a partir dos dados produzidos. A Prof.^a Suzi explicou que sobre isso houve um
347 GT e que há um relatório das contribuições, mas que o INEP ainda precisa discutir mais,
348 para que assim seja concluído e trazido à CONAES; - Foi aprovado na Câmara de
349 Educação do Senado o novo Sistema Nacional de Educação – SNE, que traz mudanças
350 significativas inclusive com relação ao sistema de colaboração entre os sistemas Federal e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

351 Estadual, contextualizando o papel de cada um e que há em curso uma revisão de estrutura
352 do CNE e de estrutura de Comissões dentro do MEC. Ficou acordado que esses itens
353 sejam enviados às Secretarias e Presidências da CAPES e INEP para que haja o retorno
354 com suas respostas formais e prazos para voltarem em pauta nas próximas reuniões.
355 Finalizada a leitura das pendências, a Presidente dá a palavra para os membros, para que
356 um a um relatem suas contribuições a respeito dos assuntos de interesse da CONAES. O
357 Prof. Ulysses sugeriu que a CONAES amplie seu contato com as comissões próprias de
358 avaliação. Disse que poderia trazer resultados do GT que aconteceu há dois anos e que já
359 é um subsídio inicial. Expôs que o INEP tem tido contato com algumas Associações e
360 Instituições como por exemplo, o Semesp esteve no INEP e mostrou um instrumento que
361 desenvolveram para guiar a autoavaliação institucional. Começaram um projeto piloto e tem
362 crescido. Dessa maneira, acredita que seria interessante conhecer melhor as
363 especificidades. A base para o CPA elaborar relatório de autoavaliação é um documento
364 que foi feito logo depois da Lei dos SINAES, assinado em conjunto com o Presidente da
365 CONAES e pela Diretoria da DAES da época, com instruções que já estão desatualizadas.
366 Acredita que seja necessário pensar qual seria esse formulário que elas podem preencher
367 para fornecer informações mais pontuais para compor um painel da Cesta e se precise, um
368 outro formulário mais abrangente. A Presidente explicou que essas comissões para
369 ampliação do CPA a CONAES não participou. Questionou se o Prof. Ulysses sugere
370 continuar discutindo esse assunto no INEP com algum representante da CONAES e
371 posteriormente trazer uma proposta ou trazer alguém na reunião para atualizar a Comissão
372 e colher contribuições para continuação. O Prof. Ulysses sugeriu que seja apresentado pelo
373 INEP os resultados do GT da CPA, fazer essa discussão na reunião da CONAES e
374 posteriormente decidir o próximo passo. Ficou acordado que o INEP trará os resultados
375 desse GT e a CONAES se posicionará. O Prof. Ulysses para contextualizar, continuou
376 relatando que enviou um Ofício para as associações listando alguns tópicos de interesse
377 para tentar identificar se existem, por exemplo, grupos de pesquisa sobre indicadores da
378 educação superior, se há comissões próprias de avaliação que têm iniciativas diferentes e
379 que poderiam ser apresentadas ao INEP. Nesse momento, o INEP está numa fase de
380 recebimento de propostas. Serão coletadas através de formulário do Google, e quando
381 forem avaliadas, o INEP começará a entrar em contato com as instituições que
382 apresentaram propostas que possam contribuir com o aperfeiçoamento dos processos
383 avaliativos. A Presidente solicitou que essas propostas escolhidas sejam trazidas à
384 CONAES para conhecimento de todos. Como segunda sugestão de assunto de interesse
385 da CONAES, o Prof. Ulysses expôs que ainda esse ano terão de ser trabalhadas as ações
386 estratégicas de aperfeiçoamento dos instrumentos avaliativos. Será aberto um edital de
387 chamamento para os cursos de medicina e o INEP passará a fazer a avaliação desses
388 cursos de acordo com novos critérios que estão em debate, para além dos existentes. Então
389 o instrumento ainda está em aberto. Dessa maneira, é necessário pensar em um



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

390 instrumento da área da saúde e pensar um novo modelo de avaliação dos cursos de
391 licenciatura. Para os cursos de licenciatura, existe o GT interministerial, partir do qual o
392 INEP criou uma comissão assessora para repensar o Enade para as licenciaturas. Todas
393 as provas do Enade têm uma comissão assessora com professores da área. Essa é uma
394 comissão um pouco mais ampliada que tem representantes que são professores das
395 comissões que já trabalharam no Enade, que são especialistas naquelas áreas e que juntos
396 irão pensar o aperfeiçoamento do Enade para as licenciaturas. Como última sugestão o
397 Prof. Ulysses sugeriu que seja pensado um evento de comemoração pois no mês de
398 abril/24 o SINAES completará 20 anos. A sugestão é que seja comemorado com melhorias
399 especificamente em alguns pontos e que esses pontos sejam discutidos na CONAES.
400 Ainda sugeriu um outro ponto de discussão, muito solicitado pelas Instituições, sobre o
401 aperfeiçoamento do Enade no que diz respeito a falta de comprometimento do estudante.
402 Ainda não se sabe qual a solução para isso. Mais um problema, a prova do Enade
403 atualmente é uma avaliação pontual. A Prof.^a Suzi mencionou que o Enade deveria avaliar
404 áreas consideradas estratégicas naquele momento, porque é um esforço e desafio muito
405 grande pensar em outro instrumento e ter critérios mínimos definidos para quase 90 áreas
406 diferentes. A Presidente esclarece que as propostas têm que vir à CONAES para decisão.
407 Com a palavra a Prof.^a Carla trouxe como assunto de interesse, o resgate da 185^a RO, com
408 a representação da SETEC à época, dentro do trabalho sobre a cesta de indicadores. Teria
409 sido pautado sobre a necessidade de construção de indicadores específicos para análise
410 de qualidade dos cursos superiores de tecnologia e sobre bases de dados que pudesse
411 contribuir como insumos para esses indicadores. Expôs que esse é um assunto de total
412 interesse da SETEC, mas quer entender dentro do cronograma de trabalho dessa cesta,
413 se isso pode vir à mesa agora ou se é uma questão para ser deixada como uma proposição
414 de futuro. O Prof. Ulysses explicou que o levantamento de potenciais indicadores que o
415 INEP fez para essa cesta, foi feito a partir das bases do censo da educação superior, do
416 Enade e da avaliação in loco. A Prof.^a Suzi explicou que atualmente a régua é única, mas
417 o INEP quer superar esse modelo. A Presidente sugeriu que a SETEC converse com o
418 INEP para alinhamento. A Prof.^a Clarissa propôs trazer à CONAES o relatório do GT de
419 EaD quando finalizado. A Prof.^a Simone sugeriu como comemoração dos 20 anos da Lei
420 dos SINAES, organizar a criação e publicação de um livro dos 20 anos dos SINAES e papel
421 da CONAES. A Presidente sugeriu que a Prof.^a Simone inicie as pesquisas para a criação
422 do livro. **Item 3. Assuntos gerais.** O Prof. Maurilio relatou esteve dois anos trabalhando
423 para avaliação institucional de credenciamento da sua universidade e que nas últimas
424 duas semanas esteve trabalhando, novamente, com credenciamento da EaD da Instituição.
425 Questionou o porquê de duas avaliações de credenciamento. Parabenizou o Prof.
426 Ulysses pela dinamicidade do processo de avaliação virtual in loco e informou que sua
427 Instituição conseguiu tirar nota máxima. A Presidente questionou ao INEP sobre a definição
428 do Instrumento, se será único, se terá por áreas ou um para cada curso e como se dará



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

429 esta transição. Compreende que o INEP depende de uma política emanada do Ministério
430 da Educação e solicitou trazer à CONAES essa resposta quando decidido. O Prof. Ulysses
431 expôs que faz mais sentido para ele que seja um instrumento por áreas. Que está
432 caminhando para uma cesta de indicadores que reconheça especificidades. A Prof.^a Ana
433 Flávia complementou que os instrumentos terão muitos indicadores em comum, mas que é
434 possível que as áreas terão características mais específicas. Que os demais cursos serão
435 avaliados com os instrumentos antigos enquanto não for elaborado o da sua área. O Prof.
436 Ulysses acrescentou como assuntos gerais, o relato de que o INEP fará duas alterações
437 nas provas do Enade esse ano. A primeira, relacionada aos tipos de itens, alterando para
438 1 questão discursiva na parte de Formação Geral, 1 no Componente específico e 38
439 questões de múltipla escolha. A Prof.^a Suzi expôs que em breve o INEP divulgará uma Nota
440 Técnica com os cálculos para a nota do estudante e demais informações. O Prof. Ulysses
441 continuou falando que a outra medida que está sendo adotada vinculada a uma tentativa
442 de conseguir um resultado melhor do estudante, é aumentar o tempo de permanência
443 mínima, que era de 1h e vai passar a ser de 2h, mas apenas com 3h30min o aluno poderá
444 levar o caderno de prova. A Prof.^a Simone questionou o INEP se há projeto de usar a nota
445 do aluno do Enade como ferramenta de ingresso nas Instituições. A Prof.^a Suzi explicou
446 que há Instituições com cursos de pós-graduação que usam as notas do Enade dos alunos
447 como pontos dentro da Instituição. Não havendo mais manifestações a Presidente encerrou
448 a reunião que segue assinada por esta secretaria e pelos presentes à reunião.

Ana Maria de Mattos Rettl
(Notório Saber)

André Guilherme Lemos
(Notório Saber)

Simone Horta Andrade
(Notório Saber)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Maurílio Mussi Montanha
(Representante do Corpo Técnico- Administrativo)

Ana Beatriz B. de Siqueira
(Representante do Corpo Discente)

Ulysses Tavares Teixeira
(Representante do INEP)

Clarissa Tagliari
(Representante da SERES)

Carla Comerlato Jardim
(Representante da SETEC)

Paulo César Dinis de Araújo
(Representante da Capes)